

mercado

Empresários propõem alternativa para corte de subsídio do ICMS

Ideia é que benefício seja mantido por quatro meses a fim de que setores possam recuperar fôlego

Bruna Narcizo
e Mauro Zafalon

SÃO PAULO Empresários e industriais formularam uma proposta alternativa para o fim da isenção de ICMS previsto no programa de ajuste fiscal de São Paulo proposto pelo governo João Dória (PSDB-SP). A principal medida seria a postergação do corte do subsídio.

Segundo os organizadores da proposta, a segunda onda da Covid-19 está mais forte do que se previa e o fim do auxílio emergencial vai tirar R\$ 40 bilhões por mês da economia, o que pode ter um impacto muito grande na receita das empresas.

A proposta do grupo, que falou com a reportagem sob a condição de não ter seus nomes revelados, é que o benefício seja mantido por cerca de quatro meses para que as empresas possam se preparar e tenham um fôlego até a recuperação da economia.

Seis setores teriam direito a essa prorrogação: alimentos, borracha, aço, saúde, embalagens e autopeças.

Segundo eles, a crise causada pela pandemia abalou as empresas, e agora não é hora de aumentar impostos, o que o fim da isenção promove na prática. Eles pedem tam-

bém, que cada setor deve ter a oportunidade de discutir caso a caso durante a suspensão para chegar ao melhor denominador comum para todos.

No início do ano, após pressão dos empresários, o governo anunciou que cancelaria alguns dos cortes de 20% de benefícios.

Nesta quinta-feira (14), Dória oficializou as mudanças nas alíquotas de ICMS para o setor de hortifrúteis, insumos agropecuários e energia elétrica para os produtores de São Paulo. A medida inclui também os medicamentos genéricos. Com isso, os benefícios fiscais para a produção de alimentos e de medicamentos genéricos são mantidos.

A previsão do governo era que o texto seria publicado no Diário Oficial do Estado desta sexta-feira (15).

Com a mudança proposta anteriormente pelo governo estadual, e que entraria em vigor nesta sexta, a alíquota para importantes produtos utilizados no campo, hoje em 7%, subiria para 9,4%. A de 12% iria para 13,3%. Produtos isentos até então teriam cobrança de 4,14%.

Para Talita Priscila Pinto, pesquisadora da FGV Agro, a agricultura seria um dos setores mais afetados com as



Tratoração em Presidente Prudente (SP) contra corte nos subsídios de ICMS Roberto Mancuzo

mudanças nas alíquotas. É um setor muito sensível, e importantes insumos de uso em escala no campo seriam tributados.

O governo do estado montou uma força-tarefa, composta pelo vice-governador e por secretários, para discutir saídas e avançar nas negociações com os setores afetados pelas mudanças de alíquotas.

As novas alíquotas afetariam a produção e a comercialização de alimentos e de medicamentos, recaindo um peso maior sobre a população mais carente.

O ajuste fiscal e a reforma administrativa, na avaliação do governo paulista, são necessários para cobrir um déficit estimado, em 2021, de R\$ 10,4 bilhões.

O corte nos subsídios de ICMS vem sendo usado por adversários políticos de Dória, como Paulo Skaf, presidente da Fiesp, e o presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Desde a semana passada, setores atingidos pelas medidas protestam via comunicados ou manifestações nas ruas.

No dia 7, produtores rurais promoveram um "tratoração"

em diversas cidades do interior de São Paulo. No dia 8, foi a vez dos permissionários e produtores que atuam na Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais).

Na segunda (11), oito entidades ligadas ao setor de saúde e à indústria farmacêutica divulgaram uma carta a Dória. Eles pediam a manutenção do benefício de ICMS concedido aos medicamentos.

Na terça-feira (12), a Apas (Associação Paulista de Supermercados) lançou um manifesto contra o aumento.

E, nesta quinta, a Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo) anunciou a distribuição de 3.000 kits de alimentos. Segundo permissionários, a companhia sempre realiza a doação de alimentos às quintas, mas a prática ganhou peso político nesta edição para pressionar Dória.

Também nesta quinta, em Presidente Prudente, região oeste do estado, cerca de 500 veículo entre automóveis, caminhões, tratores, motos e utilitários percorreram as principais ruas da cidade e fizeram um buzinação em protesto à medida.

O governo, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do estado, afirma que é possível incorporar essas reduções dos benefícios fiscais nas margens de lucro que foram crescidas. "O setor agropecuário registrou evolução no faturamento de R\$ 23 bilhões em 2019 para quase R\$ 31 bilhões em 2020", afirma o governo em nota.

A pasta também é categórica ao afirmar que não haverá prejuízo para a saúde.

Leia mais na pág. A14

Temos de resolver nossos problemas sem o governo federal, afirma secretário

ENTREVISTA
MAURO RICARDO

Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo de São Paulo considera que não haverá uma recuperação rápida da economia e da arrecadação em 2021 após a chegada da pandemia e, por isso, tenta implementar seu pacote de ajuste fiscal enquanto vê pressões de diferentes setores contra as medidas.

O aumento de ICMS é o principal ponto do programa, por gerar cerca de R\$ 7 bilhões, mas também tem se mostrado a maior resistência após reclamações vindas de agricultores e montadoras de veículos.

O responsável pelo plano é Mauro Ricardo, secretário de Projetos, Orçamento e Gestão de São Paulo. Seu nome se tornou tradicional em gestões do PSDB para executar ajustes fiscais, por exemplo nas prefeituras de São Paulo e Salvador e no governo do Paraná.

Em entrevista, Costa diz que mais medidas serão tomadas, que é necessário enfrentar interesses contrários ao ajuste e que o estado não pode depender do Executivo federal, cada vez mais endividado e com um governo que, em sua visão, não tem capacidade necessária para enfrentar a agenda fiscal do país.

*

Por que o ajuste fiscal é necessário em São Paulo? Concluímos que não haverá um crescimento econômico rápido e que nossas despesas cresceriam por causa do desemprego, da área social, da educação, e até da segurança pública, devido ao aumento da criminalidade pelo desemprego. Então era extremamente importante que tivéssemos um ajuste fiscal. Estimamos [no ano passado] um déficit de R\$ 10 bilhões para este ano.

O pacote com a reforma administrativa foi aprovado em

pouco mais de dois meses pela Assembleia. Enquanto isso, não há estimativa de início da discussão formal sobre as mudanças no serviço público federal. Por que há essa diferença? Porque conseguimos sensibilizar os parlamentares e porque a capacidade de articulação do governo com a Assembleia é muito diferenciada em relação ao governo federal, com uma capacidade de convencimento maior.

Antes do envio da proposta, apresentamos aos partidos, fizemos várias reuniões e começamos um debate intenso com a Assembleia. E há vontade política de fazer, com capacidade técnica.

[O governo federal] não faz porque precisa eventualmente de autorização legislativa, ou esbarra em algum obstáculo de algum ministério. Aqui a gente procura ultrapassar essas barreiras. O que não é fácil, porque você precisa enfrentar as corporações dessas organizações. Então tem que ter determinação. Talvez o que falte no governo federal seja falta de vontade política, além de articulação.

Mesmo assim, houve desidratação. Por que o trecho sobre heranças não foi aprovado, por exemplo? Eles [deputados] pediram um projeto separado. Agora será reapresentado, mas só poderá entrar em 2022, por causa da regra da anualidade. A mudança é a cobrança do ITCMD [Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação] também sobre as heranças relativas ao PGBL e ao VGBL [planos de previdência]. Quando a pessoa morre, isso vai para os herdeiros, e hoje não há essa incidência. E outra mudança é cobrar imposto sobre o valor atualizado do patrimônio herdado em empresas patrimoniais.

Além disso, o governo paulista suspendeu a nova alíquota do ICMS para alimentos e medicamentos genéricos,



O secretário de Projetos, Orçamento e Gestão do estado de SP, Mauro Ricardo, na entrada de seu gabinete Eduardo Knapp/Folhapress

Concluímos que não haverá um crescimento econômico rápido e que nossas despesas cresceriam por causa do desemprego, da área social, da educação, e até da segurança pública, devido ao aumento da criminalidade pelo desemprego. Então era extremamente importante que tivéssemos um ajuste fiscal

Mauro Ricardo
secretário de Projetos,
Orçamento e Gestão de São Paulo

que passaria a valer a partir do dia 15. Por que houve esse recuo e como isso será compensado? Não é uma questão simples. A princípio isso não pode afetar a arrecadação do que está previsto no Orçamento, porque agrediria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso, qualquer renúncia ao que está previsto terá que ser compensada. Ninguém aqui é irresponsável fiscalmente.

Estamos falando de quanto? Depende da extensão. De medicamentos, dá mais ou menos R\$ 100 milhões. Dos alimentos, depende da amplitude e isso ainda não está definido.

Por que ficou de fora a venda da Sabesp, por exemplo, já discutida há anos? Porque resolvemos contratar um estudo para verificar a melhor forma de operacionalização. Em vez de partir direto para

a privatização, queríamos ver quais as melhores alternativas.

Vender o controle continua uma opção? Deve ser uma das alternativas a serem apreendidas. Tem capitalização, alienação [de parte das ações].

Hoje, quão grave é considerado o cenário da atividade e da arrecadação? Vai haver uma recuperação lenta em relação a 2020, até porque não haverá auxílio em 2021. O quadro [do país] é crítico e não se mostra adequado à capacidade do governo federal de articulação política para projetos fiscais importantes. Isso vai continuar e talvez até se acirre mais com a interferência do governo nas eleições para as presidências da Câmara e do Senado.

Como a situação do governo federal afeta o estado? O governo federal tem endividamento

muito grande e dificuldades enormes para fazer qualquer reforma, como administrativa ou tributária. Por isso, temos que resolver nossos problemas independentemente dele.

É preciso ir para o enfrentamento. Todas essas medidas têm enfrentamentos internos, com corporações que reagem.

São Paulo ainda vai precisar da ajuda do governo federal? Não dependemos da ajuda dele para nossas finanças. Não há essa necessidade, como houve em 2020 devido à queda da arrecadação.

Logicamente, se você frustra R\$ 4 bilhões [com a desidratação do pacote fiscal], significa ajustar Orçamento, mas não vamos deixar de pagar a fornecedor e pessoal por isso. Até porque adotamos várias medidas infralegais além do projeto de lei, como a nossa reforma da Previdência.